



**Lojas Hering S/A**  
**CNPJ 82.640.632/0001-84**

**Blumenau – SC**



## **Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras**

Aos Diretores e Acionistas da  
**Lojas Hering S.A.**  
Blumenau – SC

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da **Lojas Hering S.A.** (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Lojas Hering S.A.** (“Companhia”) em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para Opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

### **Programa de Recuperação Fiscal – REFIS**

Conforme demonstrado na nota explicativa nº 14 ii, no ano de 2000 a Companhia, amparada pela lei 9.964 f 2000, aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal – REFIS que abrange os tributos federais administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN e Receita Federal do Brasil – RFB. A Companhia calcula e paga os valores em consonância com o estabelecido pela legislação. Consideramos que este é um assunto significativo visto que é o maior passivo da Companhia reconhecido nas demonstrações financeiras e em caso de descumprimento das bases previstas na Lei ou a falta de pagamento, pode caracterizar a exclusão do parcelamento em questão, perdendo os benefícios concedidos e causando alterações significativas nas



demonstrações financeiras.

### **Como nossa auditoria conduziu esse assunto**

Validamos o saldo do parcelamento do Refis reconhecido no passivo da Companhia, utilizando como apoio o extrato emitido no site da Receita Federal do Brasil. Nossa avaliação levou em consideração principalmente se os cálculos efetuados pela Companhia para apurar os valores a pagar são consistentes com o previsto pela legislação. Verificamos: i) se a dívida registrada nas demonstrações financeiras da Companhia reflete com propriedade o saldo demonstrado no extrato emitido no site da Receita Federal do Brasil, ii) a forma de segregação do saldo devedor entre circulante e não circulante, iii) o reconhecimento dos juros no resultado. Adicionalmente, nossos procedimentos incluíram a avaliação das divulgações feitas pela Companhia sobre este assunto, bem como,

### **Propriedade para Investimento**

As propriedades para investimento são reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia pelo valor justo de mercado. A definição da metodologia de avaliação adotada, bem como as premissas consideradas, conforme as condições de mercado existente, tais como, projeção de receitas futuras de aluguel, taxas de ocupação, estão sujeitas a um alto grau de julgamento da Companhia e seu avaliador externo contratado pela Companhia para auxiliar na determinação do valor justo, investimento relacionados com a proteção dos ativos, as benfeitorias e documentação evidenciando a regularidade da situação dos imóveis e terrenos, localização e informações sobre o ambiente econômico onde a Companhia opera.

Devido à relevância, complexidade e julgamento necessários para a avaliação e mensuração das propriedades para investimento e aos impactos que eventuais mudanças que podem ocorrer no cenário econômico imobiliário teriam sobre as demonstrações financeiras da Companhia, consideramos essa área como relevante para nossa auditoria.

### **Como nossa auditoria conduziu esse assunto**

Avaliamos a metodologia adotada para determinação do valor justo das propriedades para investimento de acordo com a avaliação realizada pela Companhia.

Confrontamos os princípios adotados na avaliação pela Companhia e seus avaliadores externos com dados contratuais, históricos, do segmento e de mercado disponíveis. Também efetuamos a análise da razoabilidade dos cálculos matemáticos efetuados para determinação do valor justo, bem como dos impostos diferidos decorrentes da diferença temporária entre o saldo contábil e fiscal das propriedades.

Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia em atendimento aos normativos contábeis, principalmente quanto às premissas e metodologia adotadas na mensuração do valor justo das propriedades para investimentos.

### **Cancelamento Registro CVM**

No dia 18 de setembro de 2018 a Companhia protocolou o requerimento de registro da Oferta Pública de Aquisição – OPA, solicitando o fechamento do capital junto à CVM – Comissão de Valores Mobiliários e a B3 (BM&FBOVESPA e a CETIP – Central de Custódia e Liquidação



Financeira de Títulos), através da instituição intermediadora Corretora Planner (processo CVM nº 19957.008823f2018-40).

Até o encerramento do exercício de 2018, a autorização para o fechamento do Capital da Companhia não havia sido liberada pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários, a qual ainda se encontra em processo de análise.

### **Como nossa auditoria conduziu esse assunto**

Avaliamos as informações e documentações recebidas diretamente da Administração da Companhia, bem como, as informações disponíveis no ambiente da própria CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

### **Outros Assuntos**

#### **Demonstração do valor adicionado**

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do Valor Adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

#### **Outras informações que acompanham as Demonstrações Financeiras e o Relatório do Auditor**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

#### **Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.



Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Blumenau, 27 de fevereiro de 2019.

  
MÜLLER & PREI AUDITORES INDEPENDENTES S/S  
CRC SC 006440/O-9  
OSCAR WEILLER  
CONTADOR CRC-RS 014.710/O-6 T-SC



# LOJAS HERING S/A



## Companhia Aberta

Iniciada originariamente, no Brasil, pelo comerciante/imigrante, Hermann Hering, em 1878, ao qual se juntou o seu irmão Bruno Hering, com sede sempre no mesmo local, cujo capital e ativos foram utilizados para a constituição, em 1893, de outra Companhia, da qual foi tornada novamente independente por deliberação unânime, em AGE, datada de 23/12/1950, arquivada na Junta Comercial em 18/01/1951, sob número 5.513, com consequente lavratura de Escritura Pública de Compra e Venda, sob a forma onerosa e pela qual aquela Companhia vendeu e os acionistas de Lojas Hering adquiriram, os ativos móveis, imóveis, mercadorias e especialmente o fundo de comércio, envolvendo a marca e a clientela da área de varejo, para uso no comércio, livremente, em todo o Brasil, nesta atividade e, ou, outra qualquer atividade, a critério de sua administração, sem qualquer restrição, para que a nova Sociedade ...”os possuía, como seus que são, de hoje para sempre”... (grifamos), como alhures foi mencionado na própria Escritura Pública. A dita Escritura Pública também constituiu a sociedade Lojas Hering S/A, lavrando seus Estatutos constitutivos, assinados pela diretoria, por todos os membros dos conselhos de administração e fiscal da então vendedora dos ativos como determinado pela autorização dada na AGE dessa, e também pelos sócios e esposas dos fundadores da Lojas Hering S/A, tudo conforme registrado no Primeiro Ofício de Notas da Comarca de Blumenau, SC, fls. 54 e seguintes, no livro número 19, na data de 29/12/1950, arquivado na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, sob número 10.545, em 04/01/1951 e publicado no Diário Oficial do Estado, na página 7, da edição número 4.334, em 05/01/1951.

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO LOJAS HERING S/A – CNPJ 82.640.632/0001-84

Prezados Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos Senhores Acionistas, as demonstrações contábeis e o parecer dos auditores independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

No decorrer do exercício findo, a Companhia não contratou e nem recebeu, por parte de seu auditor independente Müller & Prei Auditores Independentes S/S, a prestação de outros serviços externos diversos da auditoria das demonstrações financeiras do balanço anual e dos informativos trimestrais.

A receita bruta total oriunda de nossa única loja e da locação de parte do imóvel da sede da Companhia alcançou em 2018, o montante de R\$ 3.869 mil (R\$ 4.011 mil em 2017) o representou uma redução nominal de 3,54%. Agradecemos aos nossos colaboradores pelo empenho e dedicação.



# LOJAS HERING S/A



O lucro líquido de 2018 foi de 362 mil, ante R\$ 70 mil de 2017, o que representou um crescimento de 417,14%. A melhora do resultado ocorreu devido a redução das despesas, especialmente a dos gastos com o pagamento de honorários na rubrica contábil de serviços de terceiros, pessoa jurídica, cujo total em 2018 foi de 366 mil, ante R\$ 614 mil de 2017.

Blumenau, 27 de fevereiro de 2019.

Conselho de Administração:

Edda Elisa Steinbach – Presidente

Denise Steinbach Zadrozny – Vice-Presidente

Cid Steinbach – Secretário

Diretoria:

Cid Steinbach – Presidente

  
Ademir Klemz – Vice-Presidente e Diretor de Relações com Investidores



**Lojas Hering S.A**

**Balancos patrimoniais**

**em 31 de dezembro de 2018 e 2017**

*(Em milhares de Reais)*

<b>Ativo</b>	<b>Nota</b>	<b><u>2018</u></b>	<b><u>2017</u></b>
Caixa e equivalentes de caixa	<b>6</b>	2.772	2.135
Contas a receber de clientes	<b>7</b>	649	567
Estoques	<b>8</b>	312	297
Pagamentos antecipados		10	10
Adiantamento concedidos		11	2
Impostos a recuperar		4	14
Outros		<u>3</u>	<u>0</u>
<b>Total do ativo circulante</b>		<b><u>3.761</u></b>	<b><u>3.025</u></b>
Outros	<b>9</b>	12	12
Irpj/Csll Diferidos	<b>15</b>	409	347
Investimentos	<b>10</b>	49.817	49.796
Imobilizado	<b>11</b>	314	334
Intangíveis		<u>32</u>	<u>32</u>
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b><u>50.584</u></b>	<b><u>50.521</u></b>
<b>Total do ativo</b>		<b><u>54.345</u></b>	<b><u>53.546</u></b>

---

Lojas Hering S.A.  
Cid Steinbach  
Diretor Presidente  
CPF: 642.173.619-04

---

Dúnamis Contabilidade Ltda EPP  
Claudinei da Silva - Contador - CRC/SC 21.429/O-0  
CPF: 896.545.019-53

**Lojas Hering S.A**

**Balancos patrimoniais**

**em 31 de dezembro de 2018 e 2017**

*(Em milhares de Reais)*

<b>Passivo e Patrimônio Líquido</b>	<b>Nota</b>	<b><u>2018</u></b>	<b><u>2017</u></b>
Contas a pagar a fornecedores	<b>12</b>	50	77
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	<b>13</b>	63	64
Obrigações tributárias	<b>14</b>	155	141
Dividendos a Pagar	<b>20</b>	280	26
Condomínio Shopping H a pagar	<b>17</b>	20	32
Contingências	<b>18</b>	12	12
Adiantamentos de Clientes	<b>19</b>	8	10
Outras obrigações		<u>3</u>	<u>0</u>
Total do passivo circulante		<u>591</u>	<u>362</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<b>15</b>	15.820	15.820
Obrigações tributárias	<b>14</b>	19.376	18.893
Honorários a pagar		8	8
Total do passivo não circulante		<u>35.204</u>	<u>34.721</u>
<b>Patrimônio Líquido</b>			
Capital social realizado	<b>21</b>	17.359	17.359
Reserva de capital		451	451
Reserva Legal		77	59
Reserva de Lucros		588	519
Reserva de Lucros a Realizar		75	75
Total do Patrimônio Líquido		<u>18.550</u>	<u>18.463</u>
<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>		<u><b>54.345</b></u>	<u><b>53.546</b></u>

---

Lojas Hering S.A.  
Cid Steinbach  
Diretor Presidente  
CPF: 642.173.619-04

---

Dúnamis Contabilidade Ltda EPP  
Claudinei da Silva - Contador - CRC/SC 21.429/O-0  
CPF: 896.545.019-53

**Lojas Hering S.A****Demonstrações de resultados****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017***(Em milhares de Reais)*

	<b>Nota</b>	<b><u>2018</u></b>	<b><u>2017</u></b>
Receita Operacional líquida	<b>22</b>	3.293	3.372
Custo dos serviços prestados e dos produtos vendidos		<u>(1.205)</u>	<u>(1.206)</u>
<b>Lucro bruto</b>		<b><u>2.088</u></b>	<b><u>2.166</u></b>
Despesas comerciais	<b>23</b>	(339)	(336)
Despesas administrativas	<b>23</b>	(854)	(1.172)
Honorários da administração	<b>16</b>	(111)	(110)
Ajuste ao valor Justo de propriedades para investimento		0	26
Outras receitas operacionais		(19)	5
Outras despesas operacionais		<u>(29)</u>	<u>(100)</u>
		<u>(1.352)</u>	<u>(1.687)</u>
<b>Lucro antes dos efeitos financeiros</b>		<b><u>736</u></b>	<b><u>479</u></b>
Receitas financeiras	<b>24</b>	177	222
Despesas financeiras	<b>24</b>	<u>(545)</u>	<u>(582)</u>
		<u>(368)</u>	<u>(360)</u>
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b><u>368</u></b>	<b><u>119</u></b>
Imposto de renda e contribuição social s/ Prejuízos Fiscais	<b>15</b>	62	(14)
Imposto de renda e contribuição social s/ Valor Justo		0	(9)
Imposto de renda e contribuição social correntes	<b>25</b>	<u>(68)</u>	<u>(26)</u>
<b>Lucro líquido do exercício das operações continuadas</b>		<b><u>362</u></b>	<b><u>70</u></b>
<b>Lucro líquido atribuído para</b>			
Acionistas controladores		313	60
Acionistas não controladores		<u>49</u>	<u>10</u>
Quantidade de ações		<u>131</u>	<u>131</u>
Resultado por ação - Básico e diluído (em R\$)		<u>3</u>	<u>1</u>

---

Lojas Hering S.A.  
Cid Steinbach  
Diretor Presidente  
CPF: 642.173.619-04

---

Dúnamis Contabilidade Ltda EPP  
Claudinei da Silva - Contador - CRC/SC 21.429/O-0  
CPF: 896.545.019-53

**Lojas Hering S/A**

**Demonstrações dos Resultados Abrangentes**

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017**

*(Em milhares de reais)*

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<u>362</u>	<u>70</u>
Outros Resultados Abrangentes	-	-
<b>RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO</b>	<u><u>362</u></u>	<u><u>70</u></u>

---

Lojas Hering S.A.  
Cid Steinbach  
Diretor Presidente  
CPF: 642.173.619-04

---

Dínamis Contabilidade Ltda EPP  
Claudinei da Silva - Contador - CRC/SC 21.429/O-0  
CPF: 896.545.019-53

Lojas Hering S/A

Demonstrações das mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Capital Social realizado	Reserva de capital	Reserva de Lucros	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros acumulados	Patrimônio Líquido Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>17.359</b>	<b>451</b>	<b>547</b>	<b>58</b>	<b>0 0</b>	<b>18.415</b>
Lucro líquido do exercício de 2017					70	70
Destinação do Lucro			48		(70)	(22)
Transferência para Reservas de Lucros a Realizar			58	(58)		
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>17.359</b>	<b>451 0</b>	<b>653</b>	<b>0</b>	<b>0 0</b>	<b>18.463</b>
Lucro líquido do exercício de 2018					362	362
Destinação do Lucro			87		(362)	(275)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>17.359</b>	<b>451</b>	<b>740</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>18.550</b>

Lojas Hering S.A.  
Cid Steinbach  
Diretor Presidente  
CPF: 642.173.619-04

Dínamis Contabilidade Ltda EPP  
Claudinei da Silva - Contador - CRC/SC 21.429/O-0  
CPF: 896.545.019-53

**Lojas Hering S/A****Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017***(Em milhares de reais)*

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Lucro líquido do exercício	362	70
<b>Ajustes para:</b>		
Revisão do valor justo de propriedades para investimento		(26)
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre propriedades para investimento		9
Imposto de renda e contribuição social s/ prejuízos fiscais	(62)	14
Imposto de renda e contribuição social correntes provisionados	68	26
Despesas com provisão de juros parcelamento de impostos	545	580
Depreciação e amortização	55	56
	<u>968</u>	<u>729</u>
<b>Redução (aumento) nos ativos:</b>		
Contas a receber de clientes	(82)	60
Estoques	(15)	(132)
Adiantamentos concedidos	(9)	44
Impostos a recuperar	10	(12)
Outros	(3)	2
	<u>(99)</u>	<u>(38)</u>
<b>Aumento (redução) nos passivos:</b>		
Contas a pagar a fornecedores	(27)	17
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	(1)	7
Obrigações tributárias	(72)	(104)
Partes relacionadas		0
Lucros Distribuídos	(21)	(234)
Condomínio Shopping H a Pagar	(12)	0
Contingências	0	12
Adiantamento de Clientes	(2)	(5)
Outras obrigações	3	(8)
	<u>(132)</u>	<u>(315)</u>
<b>Caixa gerado pelas operações</b>	<u>737</u>	<u>376</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos sobre o lucro	(44)	(32)
<b>Caixa líquido decorrente das atividades operacionais</b>	<u>693</u>	<u>344</u>
<b>Fluxo de caixa de atividades de investimentos</b>		
Baixas ao Imobilizado	0	0
Baixa de Investimentos	116	0
Adições aos Investimentos	(137)	(102)
Adições ao ativo imobilizado	(35)	(17)
<b>Caixa usado nas atividades de investimento</b>	<u>(56)</u>	<u>(119)</u>
<b>Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>637</u>	<u>225</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.135	1.910
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício</b>	<u>2.772</u>	<u>2.135</u>

Lojas Hering S.A.  
Cid Steinbach  
Diretor Presidente  
CPF: 642.173.619-04

Dúnamis Contabilidade Ltda EPP  
Claudinei da Silva - Contador - CRC/SC21.429/O-0  
CPF: 896.545.019-53

**Lojas Hering S/A****Demonstrações dos valores adicionados****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017***(Em milhares de reais)*

	Nota	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<b>Receitas</b>		<b>3.868</b>	<b>3.952</b>
Vendas de mercadorias, produtos e serviços		3.869	4.011
Outras receitas		(19)	31
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		18	(90)
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>		<b>1.663</b>	<b>1.899</b>
(Inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)			
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		1.205	1.206
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		458	693
<b>Valor adicionado bruto</b>		<b>2.205</b>	<b>2.053</b>
<b>Depreciação e amortização</b>	11	<b>55</b>	<b>56</b>
<b>Valor adicionado líquido produzido pela companhia</b>		<b>2.150</b>	<b>1.997</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>		<b>177</b>	<b>222</b>
Receitas financeiras		177	222
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>		<b>2.327</b>	<b>2.219</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		<b>2.327</b>	<b>2.219</b>
<b>Pessoal</b>		<b>351</b>	<b>350</b>
Remuneração direta		311	307
Benefícios		24	24
FGTS		16	19
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>		<b>729</b>	<b>821</b>
Federais		455	510
Estaduais		201	242
Municipais		73	69
<b>Remuneração de capital de terceiros</b>		<b>885</b>	<b>978</b>
Juros		545	582
Aluguéis		0	0
Serviços de terceiros		340	396
<b>Remuneração de capitais próprios</b>		<b>362</b>	<b>70</b>
Lucros retidos		362	70

---

Lojas Hering S.A.  
Cid Steinbach  
Diretor Presidente  
CPF: 642.173.619-04

---

Dúnamis Contabilidade Ltda EPP  
Claudinei da Silva - Contador - CRC/SC 21.429/O-0  
CPF: 896.545.019-53

**LOJAS HERING S/A**  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Companhia tem por objeto a exploração do comércio varejista de malhas, confecções, outros artigos e produtos em geral; exportação e importação de bens de capital e consumo; arrendamento e locação de bens móveis e imóveis próprios.

**2. FATO RELEVANTE**

Em 28 de Junho de 2018 a Companhia comunicou através de fato relevante, que a Sra.Edda Elisa Steinbach, em razão de processo sucessório, passou a deter 100%(cem por cento) das ações da acionista FINANCIEIRA TAINÉ S/A, resultando em um acréscimo da participação (indiretamente) nas Lojas Hering S/A (“Companhia”) de 6.436 ações da Companhia, representando 4,9109% do total das ações em circulação, das quais 303 são ações ordinárias (0,6548%) e 6.133 ações preferenciais (7,2338%). Sendo assim a participação direta e indireta da acionista EDDA ELISA STEINBACH, das ações emitidas da Companhia, passará a ser conforme segue:

ACIONISTA	ORD.	%	PREF.	%	TOTAL	%
Edda Elisa Steinbach	16.183	34,9736	28.047	33,0809	44.230	33,7492
Adquiridas por processo Sucessório - posição de ações detidas por Financiera Taine S/A.	303	0,6548	6.133	7,2338	6.436	4,9109
<b>Total</b>	<b>16.486</b>	<b>35,6284</b>	<b>34.180</b>	<b>40,3147</b>	<b>50.666</b>	<b>38,6601</b>

As ações acima referidas não objetivam alterar a composição do controle ou a estrutura administrativa da Companhia. Não existe qualquer acordo ou contrato regulando o exercício do direito do voto ou a compra e venda de valores imobiliários de emissão da Companhia pelos Investidores.

No dia 18 de setembro de 2018 a Companhia protocolou o requerimento de registro da Oferta Pública de Aquisição – OPA para o fechamento do capital junto a CVM e a B3, através da instituição intermediadora Corretora Planner (processo CVM nº 19957.008823/2018-40).

Até o encerramento do exercício de 2018, a autorização para o fechamento do Capital da Companhia não havia sido liberada pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários, a qual ainda se encontra em processo de análise.



### 3. BASE DE PREPARAÇÃO

#### *a. Declaração de Conformidade*

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e nas normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 27 de Fevereiro de 2019 e não há eventos subsequentes a serem divulgados.

#### *b. Base de mensuração*

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção das propriedades para investimento, mensuradas pelo valor justo.

#### *c. Moeda funcional e de apresentação*

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

#### *d. Uso de estimativas e julgamento*

##### *i. Principais premissas e estimativas contábeis*

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados com base na experiência histórica e outros fatores, incluindo as expectativas dos eventos futuros que se acredita serem razoáveis de acordo com as circunstâncias.

Abaixo seguem as principais estimativas efetuadas pela Companhia em suas demonstrações financeiras:

##### **Provisão para créditos de liquidação duvidosa**

A Companhia registra a provisão para créditos de liquidação duvidosa em valor considerado suficiente pela administração para cobrir perdas prováveis, com base na análise das contas a receber de clientes.

A metodologia para determinar tal provisão exige estimativas significativas, considerando uma variedade de fatores, entre eles a avaliação do histórico de cobranças, tendências econômicas atuais, estimativas de baixas previstas, vencimento da carteira de contas a receber e outros fatores. Ainda que a Companhia acredite que as estimativas utilizadas são razoáveis, os resultados reais podem diferir de tais estimativas.

#### **Impairment de ativos de vida útil longa**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não as propriedades para investimento e estoques são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto ajustada a partir da taxa líquida Selic para que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que geram entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a “unidade geradora de caixa ou UGC”).

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado.

#### ***e. Continuidade Operacional***

A Companhia preparou as demonstrações financeiras com base no pressuposto de que continuará em operação futura. A administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvida significativa sobre a continuidade da Companhia.

### **4. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS**

#### ***a. Reconhecimento de receitas e despesas***

Receitas e despesas são reconhecidas nas demonstrações financeiras, de acordo com o período de competência em que incorrem.

As receitas de venda de mercadorias são reconhecidas quando a propriedade e os riscos inerentes ao produto são substancialmente transferidos para o cliente, quando o preço de venda é fixo e determinável, quando existe evidência de contrato de venda e quando a cobrança está razoavelmente assegurada. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa de sua realização.

As receitas de aluguéis são reconhecidas com base na fruição dos prazos dos contratos. As despesas e os custos são reconhecidos quando incorridos.

***b. Instrumentos financeiros***

*i. Ativos financeiros não derivativos*

A Companhia reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente em sua data de origem. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia classifica seus ativos financeiros não derivativos como recebíveis.

**Recebíveis**

Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, e outros créditos.

***Caixa e equivalentes de caixa***

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações no mercado aberto, que são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

***Contas a receber de clientes***

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pelas mercadorias vendidas, bem como pela locação de suas propriedades para investimentos no decurso normal das atividades da Companhia. Se o pagamento é esperado para um ano ou menos, ele é classificado como ativo circulante. Caso contrário, é apresentado como ativo não circulante.

Na prática, as contas a receber de clientes são reconhecidas pelo valor justo (valor faturado) ajustado pela provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando necessário.

A provisão para crédito de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber.

Quando aplicável, as contas a receber de clientes, com vencimentos futuros, são descontados a valor presente pela taxa individual aplicada nos financiamentos próprios decorrentes de vendas a prazo.

*ii. Passivos financeiros não derivativos*

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou pagas.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras obrigações:

*iii. Capital social*

***Ações ordinárias***

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

***Ações preferenciais***

Ações preferenciais são classificadas no patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis, ou resgatáveis somente à escolha da Companhia e quaisquer dividendos sejam discricionário.

***c. Estoques***

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio de aquisição ou produção e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazê-los à sua localização e condição existentes.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzidas as despesas de vendas.

#### ***d. Propriedades para investimento***

Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel, mas não para venda no curso normal dos negócios, ou para propósitos administrativos. A propriedade para investimento é mensurada pelo custo no reconhecimento inicial e subsequentemente ao valor justo. Alterações no valor justo são reconhecidas no resultado.

Custo inclui despesa que é diretamente atribuível à aquisição de uma propriedade para investimento. O custo da propriedade para investimento construída pelo proprietário inclui os custos de material e mão de obra direta, qualquer custo diretamente atribuído para colocar essa propriedade para investimento em condição de uso conforme o seu propósito e os juros capitalizados dos empréstimos.

Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido e o valor contábil) são reconhecidos no resultado do exercício.

Quando a utilização da propriedade muda de tal forma que ela é reclassificada como imobilizado, seu valor justo apurado na data da reclassificação se torna seu custo para a contabilização subsequente.

As propriedades para investimento são representadas por terrenos e edifícios mantidos para auferir rendimento de aluguel e/ou valorização do capital, conforme divulgado na nota explicativa nº 9.

Anualmente, a Companhia reavalia suas propriedades para investimentos para que o valor justo das mesmas reflita as condições de mercado à data do período de reporte.

#### ***e. Imobilizado***

##### *i. Reconhecimento e mensuração*

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui: o custo de materiais e mão de obra direta; quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração; e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

##### *ii. Custos subsequentes*

Custos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos sejam auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

### iii. Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

São depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente, como segue:

	<b>Taxa anual depreciação</b>
Móveis, utensílios e equipamentos	10%
Benfeitorias	4%
Veículos	20%
Outros	10%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

### f. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

### g. Redução do valor recuperável

#### i. Ativos financeiros, incluindo recebíveis:

Um ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações ou indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis. Todos os recebíveis significativos são avaliados quanto a perda de valor específico. Os recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto a perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto as premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

*ii. Ativos não financeiros:*

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são analisados a cada período de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

A Administração não identificou qualquer indicação que evidenciasse perda de valor recuperável dos ativos não financeiros.

***h. Receitas financeiras e despesas financeiras***

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos, descontos obtidos de fornecedores e juros recebidos de clientes. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre atualização de parcelamento de tributos e descontos concedidos a clientes. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

***i. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos***

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

***j. Demonstração do valor Adicionado (DVA)***

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09. Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas e alugueis, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), Custo com serviços prestados e produtos vendidos (custo das vendas das mercadorias, de produtos e de serviços, materiais, energia e serviços de terceiros e outros, incluindo os tributos incidentes no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização e, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

## **5. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

### ***a. Gerenciamento de riscos***

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (taxa de juros e etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros instrumentos financeiros de risco.

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas.



A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

**Risco de crédito:** é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento da inadimplência, a Companhia monitora as contas a receber de clientes realizando diversas ações de cobrança. A Companhia possui ainda, a provisão para crédito de liquidação duvidosa, no montante de R\$ 615(R\$ 638 em 2017) para fazer face ao risco de crédito.

Os valores contábeis dos principais ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco de crédito na data das demonstrações financeiras estão demonstrados a seguir:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Caixa e equivalentes de caixa	2.772	2.135
Contas a receber de clientes	<u>649</u>	<u>567</u>
Total	<u><u>3.421</u></u>	<u><u>2.702</u></u>

**Risco de liquidez:** é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista. A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Adicionalmente, a Companhia mantém saldos em aplicações financeiras passíveis de resgate a qualquer momento para cobrir eventuais descasamentos entre a data de maturidade de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa.

Em 31 de dezembro de 2018, os equivalentes de caixa mantido pela Companhia possuem liquidez imediata e são considerados suficientes para administrar o risco de liquidez.

**Risco de mercado:** é o risco que ocorre com as alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

**Risco de taxa de juros:** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos, e em determinadas circunstâncias, são efetuadas operações de proteção para reduzir o custo financeiro das operações.

<b>Valor contábil</b>	<b><u>2018</u></b>	<b><u>2017</u></b>
<b>Instrumentos de taxa variável</b>		
Aplicações financeiras	2.712	2.045

**Risco operacional:** é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da mesma e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

**b. Análise de sensibilidade**

A Companhia não opera com derivativos. Possui apenas aplicações de liquidez imediata com rendimento que flutua de acordo com o CDI-Certificados de Depósito Interbancário.

**c. Instrumentos financeiros – valor justo**

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas.

Para fins de divulgação, caso a Companhia tivesse adotado o critério de reconhecimento dos ativos e passivos financeiros pelo valor justo, teria apurado os seguintes valores:

	<u>2018</u>		<u>2017</u>	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	2.772	2.772	2.135	2.135
Contas a receber de clientes	649	649	567	567
Contas a pagar a fornecedores	50	50	77	77

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

Aplicações financeiras – Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são idênticos ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI.

Contas a receber e fornecedores – Decorrem diretamente das operações da Companhia, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável.

## 6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Caixa	19	30
Banco conta movimento	41	60
Aplicações liquidez imediata	<u>2.712</u>	<u>2.045</u>
	<u><u>2.772</u></u>	<u><u>2.135</u></u>

As aplicações financeiras referem-se a fundos de renda fixa, com possibilidade de resgate imediato remunerados com base no CDI – Certificado de Depósitos Interbancário, em Instituições Financeiras renomadas.

## 7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Clientes no varejo	110	147
Contas a receber centro comercial	1.154	1.058
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(615)</u>	<u>(638)</u>
	<u><u>649</u></u>	<u><u>567</u></u>

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada da seguinte forma: 100% dos aluguéis a receber em processos judiciais, e os demais é feita uma análise junto a Administração da Companhia onde é analisada a probabilidade de inadimplemento por parte do locatário bem como o seu histórico.

Os recebimentos a compensar, referem-se aos cheques pré-datados recebidos a título de pagamento de aluguel.

## 8. ESTOQUES

Em 31 de Dezembro de 2018, o montante de R\$ 312 (R\$297 em 2017 refere-se a artigos de vestuário masculino, feminino e infantil para revenda, no setor de varejo.

## 9. OUTROS

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Depósitos para recursos judiciais	<u>12</u>	<u>12</u>
Total não circulante	<u><u>12</u></u>	<u><u>12</u></u>

## 10. INVESTIMENTO

	<b><u>2018</u></b>	<b><u>2017</u></b>
Propriedades para locação	49.770	49.752
Outros investimentos	<u>47</u>	<u>44</u>
	<b><u>49.817</u></b>	<b><u>49.796</u></b>

Em 31 de dezembro de 2018 a rubrica de imóveis para locação refere-se aos terrenos, edificações e instalações do Centro Comercial Shopping H, mantidos para finalidade de locação.

Em 2018 a Companhia promoveu a revisão do valor justo de seus imóveis para locação, nos termos do ICPC 10 e CPC 28, através de profissional técnico qualificado, com o objetivo de reconhecer o valor justo de suas propriedades para investimento em 31 de dezembro de 2018.

Para a determinação do valor justo o avaliador seguiu as recomendações das Normas de Avaliação NBR 14653-1:2001 versão corrigida 2:2005, NBR 14653-2:2011, NBR 14653-4:2002 da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. Foi utilizado pelo avaliador em 2018 (como em 2017) a metodologia do Método Comparativo de Dados de Mercado e do Método Involutivo.

Abaixo segue resumo da movimentação ocorrida na rubrica de Imóveis para locação:

	<b><u>2017</u></b>	<b><u>Adições</u></b>	<b><u>Baixas</u></b>	<b><u>2018</u></b>
Edificações	296			296
AVJ em Edificações	38.982			38.982
Instalações	172	25		197
Instalações centro comercial	1.301	93		1.394
Adto p/Reforma Elevador	47	16	(63)	0
Terrenos	1.353			1.353
Terrenos para venda	53		(53)	0
AVJ Terrenos	<u>7.548</u>			<u>7.548</u>
	49.752	134	(116)	49.770
Outros Investimentos	<u>44</u>	<u>3</u>		<u>47</u>
Total de Investimentos	<b><u>49.796</u></b>	<b><u>137</u></b>	<b><u>(116)</u></b>	<b><u>49.817</u></b>

Sobre os valores reconhecidos como Ajuste ao valor justo a Companhia constituiu tributos diferidos nos termos do CPC 32 para demonstrar o valor líquido realizável na data de publicação, sendo esse em 31 de dezembro de 2018 como segue:

	<b><u>2018</u></b>	<b><u>2017</u></b>
Ajuste ao valor justo em edificações	38.982	38.982
Ajuste ao valor justo em terrenos	<u>7.548</u>	<u>7.548</u>
Base de cálculo IRPJ e CSLL diferidos	46.530	46.530
Imposto de renda e contribuição social diferidos (34%)	<u>15.820</u>	<u>15.820</u>
Ajuste ao valor justo líquido	<b><u>30.710</u></b>	<b><u>30.710</u></b>

A avaliação foi feita pelo Engenheiro Civil Milorad Boskovic, registrado no CREA-SC sob número 12.541-3. Em 2018 não houve variação nos valores dos Imóveis para locação devido a avaliação patrimonial.

## 11. IMOBILIZADO

	<b><u>2018</u></b>			<b><u>2017</u></b>		
	<b>Custo</b>	<b>Depreciação acumulada</b>	<b>Líquido</b>	<b>Custo</b>	<b>Depreciação acumulada</b>	<b>Líquido</b>
Móveis, utensílios e equipamentos	1.928	(1.828)	100	1.919	(1.804)	115
Benfeitorias	196	(196)	0	196	(196)	0
Veículos	285	(110)	175	285	(83)	202
Outros	<u>57</u>	<u>(18)</u>	<u>39</u>	<u>31</u>	<u>(14)</u>	<u>17</u>
	<b><u>2.466</u></b>	<b><u>(2.152)</u></b>	<b><u>314</u></b>	<b><u>2.431</u></b>	<b><u>(2.097)</u></b>	<b><u>334</u></b>

A movimentação do imobilizado em 2017 é a seguinte:

	<b><u>2016</u></b>	<b><u>Adições</u></b>	<b><u>Depreciação</u></b>	<b><u>2017</u></b>
Móveis, utensílios e equipamentos	123	17	(25)	115
Veículos	230	0	(28)	202
Outros	<u>20</u>	<u>0</u>	<u>(3)</u>	<u>17</u>
	<b><u>373</u></b>	<b><u>17</u></b>	<b><u>(56)</u></b>	<b><u>334</u></b>

A movimentação do imobilizado em 2018 é a seguinte:

	<b><u>2017</u></b>	<b><u>Adições</u></b>	<b><u>Depreciação</u></b>	<b><u>2018</u></b>
Móveis, utensílios e equipamentos	115	9	(24)	100
Veículos	202	0	(27)	175
Outros	<u>17</u>	<u>26</u>	<u>(4)</u>	<u>39</u>
	<b><u>334</u></b>	<b><u>35</u></b>	<b><u>(55)</u></b>	<b><u>314</u></b>

**12. CONTAS A PAGAR A FORNECEDORES**

Em 31 de Dezembro de 2018 o montante de R\$ 50 (R\$ 77 em 31 de dezembro de 2017) refere-se a contas a pagar a fornecedores de produtos para revenda do segmento de vestuário, materiais para reformas, e materiais de expediente.

**13. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS**

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Salários a pagar	15	27
Provisões férias com encargos	33	23
FGTS a recolher	2	2
INSS a recolher	<u>13</u>	<u>12</u>
	<u><b>63</b></u>	<u><b>64</b></u>

**14. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS**

	<u>2018</u>		<u>2017</u>		<u>Não</u>
	Circulante	Não circulante	Circulante	circulante	
Impostos e contribuições	95	0	81	0	
Parcelamentos – REFIS	<u>60</u>	<u>19.376</u>	<u>60</u>	<u>18.893</u>	
	<u><b>155</b></u>	<u><b>19.376</b></u>	<u><b>141</b></u>	<u><b>18.893</b></u>	

i. *Impostos e contribuições*

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
ICMS a recolher	23	24
ICMS Fundo Social a recolher	1	2
ICMS Funturismo	1	1
IRRF a recolher	1	2
Contribuição social a recolher	8	7
Imposto de renda a recolher	15	0
PIS a recolher	8	8
COFINS a recolher	37	36
CSRF	1	1
	<u>95</u>	<u>81</u>

ii. *Parcelamentos – REFIS*

A Companhia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, no âmbito da Lei 9.964, de 10.04.2000, parcelando os débitos tributários federais até então devidos e administrados pela Procuradoria- Geral da Fazenda Nacional - PGFN, Secretaria da Receita Federal e Instituto Nacional de Serviço Social - INSS.

Como garantia do parcelamento, promoveu o arrolamento de bens (finalizado pelo processo nº13971.000923-2010-14) sobre duas edificações e respectivo terreno, situado na Rua XV de Novembro, 759, Centro, Blumenau, SC, onde é a sede da Companhia e que está matriculado sob nº22.110, no 1º Ofício de Registro de Imóveis de Blumenau/SC. Na matrícula em que há o arrolamento, há inscritas penhoras judiciais relativas aos processos de execução dos tributos federais incluídos no referido parcelamento e, em razão do parcelamento, todas as execuções se acham suspensas.

A seguir apresenta-se o quadro detalhando a dívida consolidada em 2000 que compuseram o saldo para o referido parcelamento:

Natureza	Tributos federais		Total dívida	
	PGFN	SRF	INSS	na adesão
Principal	1.090	173	2.431	3.694
Multa	231	35	805	1.071
Juros	1.362	60	1.790	3.212
Encargos	525	0	140	665
	<u>3.208</u>	<u>268</u>	<u>5.166</u>	<u>8.642</u>

Não foram utilizados créditos fiscais para amortização de multas e juros.

Em 2018, foi pago o montante de R\$63 (R\$ 64 em 2017) referente às parcelas do REFIS federal.

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia possui contabilizado no passivo circulante a título de REFIS federal o montante de R\$60 referente a 12 parcelas vencíveis em 2018. O restante do saldo está classificado no passivo não circulante.

A atualização do referido parcelamento é efetuada mensalmente com base na Taxa de Juros de Longo Prazo “TJLP”.

## 15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Os tributos diferidos ativos foram calculados com base nos lucros futuros esperados pela companhia sobre os prejuízos fiscais e base de cálculo negativa. Os tributos diferidos passivos foram calculados sobre as reservas de reavaliação, sobre o custo atribuído (Ajuste de Avaliação Patrimonial – APP) e sobre Propriedades Para Investimentos(Ajuste ao valor justo – AVJ). Este último será exigido em caso de alienação das Propriedades para Investimentos.

	Tributos Diferidos Ativos			Tributos Diferidos Passivos		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
<b>em 31/12/2015</b>	<b>229</b>	<b>83</b>	<b>312</b>	<b>11.626</b>	<b>4.185</b>	<b>15.811</b>
Constituição de Tributos	36	13	49	0	0	0
<b>em 31/12/2016</b>	<b>265</b>	<b>96</b>	<b>361</b>	<b>11.626</b>	<b>4.185</b>	<b>15.811</b>
Constituição de Tributos	(10)	(4)	(14)	6	3	9
<b>em 31/12/2017</b>	<b>255</b>	<b>92</b>	<b>347</b>	<b>11.632</b>	<b>4.188</b>	<b>15.820</b>
Constituição de Tributos	46	16	62	0	0	0
<b>em 31/12/2018</b>	<b>301</b>	<b>108</b>	<b>409</b>	<b>11.632</b>	<b>4.188</b>	<b>15.820</b>

## 16. PARTES RELACIONADAS

	Custo / despesa	
	2018	2017
Compark	84	94
Condomínio Shopping H	116	308
	<b>200</b>	<b>402</b>



**a. Custos Condomínio Shopping H**

Os custos com o Condomínio Shopping H referem-se ao pagamento dos encargos comuns (condomínio) e despesas próprias das áreas desocupadas e das áreas ocupadas pelo varejo da própria Companhia.

**b. Despesas Compark**

As despesas com a Compark referem-se ao pagamento do estacionamento de fornecedores, dos clientes do varejo da própria Companhia, caminhões de entregas e dos ônibus de turismo e prestadores de serviço de todas as áreas do centro comercial Shopping H, próprias e locadas, conforme acerto com os locatários, bem como a prestação de serviços de reparos (manutenção), melhorias, pinturas e conservação em geral das áreas próprias e locadas.

**c. Remuneração dos Administradores**

O valor da remuneração dos administradores aprovado na Assembléia Geral Ordinária, para o exercício de 2018, foi de no máximo R\$ 22 mensais, sendo um total anual de R\$264.

No ano de 2018, o total pago a título de remuneração dos três membros do conselho de administração (um dos quais também é diretor estatutário e apenas como tal recebe) e aos dois diretores estatutários, foi de R\$134 (R\$152 em 2017). Os montantes pagos compreendem pró-labore (do total = R\$87) e benefício de seguro saúde (do total = R\$23).

Aos dois membros do conselho de administração, foi pago o montante de R\$ 33 (R\$35 em 2017). A maior remuneração individual foi de R\$ 21(R\$23 em 2017), a mínima individual foi de R\$ 12 (idem 2017)

Aos dois membros da diretoria estatutária, foi pago o montante de R\$ 111 (R\$ 110 em 2017). A maior remuneração individual foi de R\$ 72(R\$ 78 em 2017), a mínima individual foi de R\$ 27 (R\$ 39 em 2017) e a média de R\$ 50 (R\$ 58 em 2017).

Não foi ou é feito pagamento de qualquer outro valor, benefício ou prêmio e não houve remuneração por outros serviços realizados pelos administradores. Igualmente não existe plano de remuneração em ações, benefícios pós-emprego ou por cessação do exercício do cargo.

O conselho fiscal é de funcionamento não permanente, e não está instalado.

**17. CONTAS A PAGAR – DAÇÃO**

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Condomínio Shopping H	_____ 20	_____ 32
	<u>_____ 20</u>	<u>_____ 32</u>

Refere-se a valor a pagar ao Condomínio Shopping H, correspondente à parcela de um imóvel recebido por dação em pagamento de aluguéis próprios e conta de condomínio do Condomínio Shopping H.

**18. CONTINGÊNCIAS**

	<u>Contingência</u>	
	<u>2018</u>	<u>2017</u>
INMETRO	12	12
	<u>12</u>	<u>12</u>

A Companhia possui processos e está discutindo essas questões tanto em esfera administrativa como judicial, amparadas por depósitos judiciais. Com base nos seus assessores jurídicos e sua Administração, a Companhia constituiu provisões para contingências visando cobrir perdas prováveis.

**19. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES**

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Adiantamentos de Aluguéis	6	8
Adiantamentos de Clientes	<u>2</u>	<u>2</u>
	<u>8</u>	<u>10</u>

**20. DIVIDENDOS A PAGAR**

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Dividendos a pagar A.B 2015	1	1
Dividendos a pagar A.B 2016	2	2
Dividendos a pagar A.B 2017	2	23
Dividendos a pagar A.B 2018	<u>275</u>	<u>0</u>
	<u>280</u>	<u>26</u>

**21. CAPITAL SOCIAL**

Em 31 de Dezembro de 2018 o capital social subscrito é de R\$ 17.359 (idem em 31 de dezembro de 2017), totalmente integralizado, representado por 46.272 ações ordinárias e 84.783 ações preferenciais (idem em 31 de dezembro de 2017).

## 22. RECEITA OPERACIONAL

As receitas operacionais auferidas pela Companhia estão apresentadas abaixo:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Vendas no varejo	1.162	1.398
Locações/Outras receitas	<u>2.708</u>	<u>2.613</u>
Receita bruta	3.870	4.011
Impostos sobre vendas e outras deduções	<u>(577)</u>	<u>(639)</u>
Total receita líquida	<u><u>3.293</u></u>	<u><u>3.372</u></u>

## 23. DESPESAS POR NATUREZA

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<b>Despesas comerciais</b>		
Salários e encargos	296	298
Material de consumo	10	11
Despesas com cobrança	25	24
Outras despesas	<u>8</u>	<u>3</u>
Total de despesas comerciais	<u><u>339</u></u>	<u><u>336</u></u>
<b>Despesas administrativas</b>		
Anúncios e publicações	19	18
Conservação e manutenção	25	28
Depreciações	55	56
Despesas de Cartório	16	17
Impostos e taxas municipais	73	69
Alimentação	28	24
Serviços de terceiros	397	639
Taxas CVM	71	56
Viagens	22	23
Outras despesas gerais e administrativas	<u>148</u>	<u>242</u>
Total de despesas administrativas	<u><u>854</u></u>	<u><u>1.172</u></u>

*Despesas com benefícios a empregados*

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Remunerações	203	216
Custos previdenciários	55	57
FGTS	16	19
Outros benefícios	<u>22</u>	<u>6</u>
	<u><b>296</b></u>	<u><b>298</b></u>
<b>Número de empregados</b>	<u><b>12</b></u>	<u><b>11</b></u>

**24. RESULTADO FINANCEIRO**

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Receitas financeiras:</b>		
Aplicações financeiras	155	178
Juros recebidos	22	44
Total de receitas financeiras	<u>177</u>	<u>222</u>
<b>Despesas financeiras:</b>		
Juros sobre tributos	(545)	(580)
Outras despesas financeiras	<u>0</u>	<u>(2)</u>
Total de despesas financeiras	<u>(545)</u>	<u>(582)</u>
Resultado financeiro líquido	<u><b>(368)</b></u>	<u><b>(360)</b></u>

**25. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES**

O imposto de renda no Brasil inclui imposto de renda federal e contribuição social sobre o lucro líquido.

As alíquotas aplicáveis para o imposto de renda e contribuição social são 15% e 9%, respectivamente, o que representa uma taxa de 24% para os exercícios de 2018 e 2017, com a anterior redução dos resultados em 30% mediante o aproveitamento dos prejuízos acumulados até o saldo remanescente.

Os valores reportados como despesa de imposto de renda e contribuição social na demonstração do resultado são conciliados com as alíquotas estatutárias, como segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Lucro do exercício antes dos impostos	368	119
Total de adições	27	61
Total de exclusões	<u>9</u>	<u>28</u>
Base antes da compensação com prejuízos fiscais	386	152
Compensação 30% prejuízos fiscais	<u>116</u>	<u>46</u>
Base de cálculo do imposto de renda	270	107
Alíquota	<u>15%</u>	<u>15%</u>
Imposto de renda corrente	40	59
Adicional de 10%	<u>3</u>	<u>15</u>
Total de Imposto de Renda	<u>43</u>	<u>74</u>
Base antes da compensação com prejuízos fiscais	386	153
Compensação 30% prejuízos fiscais	<u>116</u>	<u>46</u>
Base de cálculo da contribuição social	270	107
Alíquota	<u>9%</u>	<u>9%</u>
Contribuição social corrente	<u>24</u>	<u>10</u>
Total IRPJ e CSLL sobre o lucro do exercício	<u><b>67</b></u>	<u><b>26</b></u>

## 26. SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2018, Companhia possui seguros conforme demonstrado abaixo:

<u>Riscos cobertos</u>	<u>Vigência apólice</u>	<u>máximo indenizável</u>
Compreensivo empresarial	20.08.2018 à 20.08.2019	27.000
Compreensivo empresarial	20.08.2018 à 20.08.2019	3.350
Automóvel	05.03.2018 à 05.03.2019	820
Automóvel	15.01.2018 à 15.01.2019	800
Automóvel	09.09.2018 à 09.09.2019	1.260
		<u>33.230</u>

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

**27. DECLARAÇÃO DOS DIRETORES**

Nos termos da Instrução CVM 480/09, a Diretoria da Companhia declara que revisou, discutiu e concordou com a opinião expressa no Relatório dos Auditores Independentes e com as demonstrações relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Blumenau, 27 de fevereiro de 2019.

Lojas Hering S/A.  
Cid Steinbach  
Diretor Presidente  
CPF: 642.173.619-04

Dúnamis Contabilidade Ltda EPP.  
Claudinei da Silva - Contador CRC 21.429/O-0  
CPF: 986.545.019-53